



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**Processo nº 413/2025**

**1 - Introdução**

<b>Órgão</b>	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo		
<b>Unidade Solicitante</b>	UA 35999 - Divisão de Manutenção - DMAN		
<b>Responsável pela demanda</b> Aline Castro Rodrigues	<b>Matrícula:</b> 24580		
<b>E-mail:</b> acrodrigues@al.sp.gov.br	<b>Telefone:</b> (11) 3886-6324		

1.1 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade, estabelecer diretrizes e fixar características a serem observadas na apresentação das propostas técnicas, e na execução do objeto desta contratação, além de estabelecer os principais tópicos, em detalhes eventualmente não assinalados, que devem ser executados de acordo com o padrão do objeto em questão.

1.1.1 O Estudo Técnico Preliminar irá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação e conterá todos os elementos mínimos previstos no §2º do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.2. No caso de dúvidas relativas à pretendida contratação, a proponente deverá dirigir-se à Divisão de Manutenção na ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, subsolo, sala S16/S17, onde as mesmas serão esclarecidas. O contato também poderá ser realizado pelos telefones (11) 3886-6324 ou (11) 3886-6870, ou ainda, por meio do correio eletrônico nos endereços: dman@al.sp.gov.br e acrodrigues@al.sp.gov.br.

1.3 Todos os materiais e suas aplicações devem obedecer ao prescrito pelas Normas vigentes para cada caso e ao objeto em particular, cabendo ainda, quando necessário, certificações podendo ser solicitado à Contratada a apresentação de certificado de



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

conformidade técnica dos materiais empregados à luz das normas vigentes.

1.4 As exigências de qualidade serão estendidas também às atividades complementares à execução, não indicadas no Termo de Referência, e que sejam necessárias à perfeita execução do objeto em consonância com as Normas e Procedimentos ali estabelecidos, não eximindo a eventual contratada da execução dos serviços com total qualidade.

### **Da adesão à Ata de Registro de Preços**

1.5 Não será admitida a adesão a esta Ata de Registro de Preços, em razão da capacidade limitada de gerenciamento desta Instituição, em especial realizar procedimento público de intenção de registro de preços – IRP.

## **2 – Descrição da necessidade**

2.1 A presente aquisição tem o objetivo de atender às várias demandas de instalação película de controle solar nas diversas áreas de trabalho desta Assembleia Legislativa, visando assegurar privacidade aos ambientes desta edificação, controle da entrada de raios ultravioleta e consequente auxílio no equilíbrio térmico e redução do uso do ar-condicionado, além do aumento de resistência dos vidros contra estilhaçamentos, oferecendo às unidades condições satisfatórias de trabalho para o adequado desempenho de suas atividades. A solução apresentada visa assegurar conforto e estética com a instalação rápida e prática de película de controle solar nos espaços internos da ALESP, contribuindo para a melhoria das condições de uso e valorização dos ambientes.

2.2 A contratação em tela não possui Catálogo Eletrônico de Padronização conforme consulta realizada no Portal Nacional de Compras Públicas.





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO



Governo Federal

Órgãos do Governo

Acesso à Informação

Legislação

Acessibilidade



Entrar com gov.br

Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP

O que você procura?



Catálogo Eletrônico de Padronização > Itens padronizados

### Itens Padronizados

A utilização do Catálogo Eletrônico de Padronização é de observância obrigatória pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e da Administração Pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, nos termos do art. 2º da Portaria Seges/ME nº 938, de 2 fevereiro de 2022, sendo facultativa para todos os entes não enquadrados no espectro sobredito, sendo que a não utilização do Catálogo é uma excepcionalidade, que deverá ser justificada por escrito e anexada ao processo de contratação.

Confira abaixo os itens que compõem o Catálogo Eletrônico de Padronização



Água mineral natural,  
sem gás



Café e açúcar

### 3 – Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na previsão orçamentária anual da Unidade Requisitante.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo não possui Plano de Contratação Anual em vigor para o ano de 2026.

### 4 – Descrição dos requisitos da contratação

A Unidade requisitante analisou a demanda apresentada e identificou os seguintes requisitos básicos:

#### Requisitos legais e normativos

4.1 Requisito Legal/Normativo: Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021 – que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 – SÃO PAULO – SP

(11)3886-6324





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa;

II - os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública.

4.2 Requisito Técnico: Os serviços serão adquiridos sob demanda, conforme necessidade da Administração, visando, minimamente, a eliminação de fracionamento de despesas, evitando sucessivas aquisições, redução do número de licitações, redução de grandes estoques e melhores índices de disponibilidade da logística dos suprimentos para a realização das manutenções preventivas e corretivas prediais. Verifica-se que se trata de bens comuns, uma vez que as especificações adotadas são reconhecidas e usuais no mercado e indicam objetivamente os padrões de desempenho e qualidade dos itens que esta Administração pretende adquirir.

É de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todos os equipamentos e ferramentas necessários à execução dos serviços, devendo apresentar qualificação para a execução dos trabalhos. Os prestadores deverão utilizar equipamentos de proteção de acordo com as normas e exigências para atividade, sendo o contratado responsável pelo fornecimento dos materiais, EPCs e EPI's.

### **Alinhamento entre a Contratação e o planejamento estratégico**

4.3 A ação pode ser enquadrada juntamente com a iniciativa estratégica de manutenção da infraestrutura desta Casa de Leis, provendo as Unidades com os recursos necessários à realização de suas atividades, atendendo à Legislação atinente, devido à dinâmica da utilização da edificação gerando a constante necessidade de adequação de ambientes.

### **Plano de sustentação do contrato**

4.4 A referida aquisição se dará por meio de contratação de empresa especializada para tal fim, completamente comprovada, por meio da documentação que deverá ser apresentada

**DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO**



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 - SÃO PAULO – SP



(11)3886-6324





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

oportunamente, cuja seleção se dará por meio de Pregão Eletrônico a ser realizado em sítio próprio.

### **Estratégia da Contratação**

4.5 Natureza do objeto: O item a ser contratado possui natureza não continuada visto que os atendimentos ocorrem por demanda. Não há periodicidade previamente estabelecida para a execução do serviço.

4.6 Parcelamento do objeto: Os itens serão adquiridos pelo Sistema Registro de Preços, conforme necessidade da Administração, na forma do inciso IV do artigo 78 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.7 Adjudicação do objeto: A adjudicação deverá ser por menor preço por item. O objeto deste Estudo pode ser adjudicado a mais de um fornecedor.

4.8 Tipo de licitação/Modalidade: O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, por meio do Sistema Registro de Preços, sob a forma Eletrônica, modo de disputa aberto, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço por Item, nos termos do Art. 28, I c/c Art. 40, II e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

4.9 Prorrogação da Ata de Registro: A aquisição ocorrerá mediante Sistema de Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses a contar da publicação da respectiva Ata, podendo ser prorrogado por igual período, desde que nova pesquisa de preços comprove a vantagem do preço prorrogado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

4.10 A previsão de renovação de quantitativo mostra-se especialmente indicada, considerando que o objeto a ser contratado assegura a continuidade do atendimento das demandas da Administração com celeridade, promovendo uma manutenção eficaz. Por se tratar de um serviço ordinário, a vantagem na renovação decorre da diminuição de abertura de procedimentos paralelos para aquisição do mesmo o que, por vezes, devido aos trâmites internos, torna-se moroso. Isso permite a eliminação de gastos redundantes e atraso na

**DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO**



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 - SÃO PAULO – SP (11)3886-6324





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

execução dos serviços. Traz assim, uma racionalização dos processos administrativos permitindo à Fiscalização maior dinamismo na consecução de outros procedimentos, ou seja, a otimização do uso de recursos materiais e humanos da Administração.

4.11 Enquadramento ao disposto no artigo 3º do Decreto federal nº 11.462/2023: o presente objeto enquadra-se nos incisos I e V do referido Decreto. O material é de uso recorrente, conforme explicitado no subitem 4.9 deste Estudo e, embora de uso recorrente, é incerta e imprevisível sua solicitação, pois, decorrente do resultado de outras interferências, tendo em vista a dinâmica dos trabalhos desta Casa de Leis, como por exemplo, ano de posse de novos deputados ou eleição da Mesa Diretora, cuja demanda de manutenções, reformas, alterações de layouts têm um acréscimo significativo.

### **Planejamento das atividades de transição e encerramento do contrato vigente**

4.12 Não haverá necessidade da atual Contratada promover ação de transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas para a continuidade da gestão.

### **Recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto que está sendo contratado**

4.13 A planilha com a relação dos recursos necessários à execução do objeto encontra-se dimensionada no Documento de Formalização de Demanda e no Termo de Referência.

4.14 Os serviços serão executados nas dependências da Contratante, por prestadores da Contratada, dentro dos padrões e exigências definidos, podendo ser rejeitados no todo ou em parte, devendo a Contratada, em prazo estabelecido, refazer, corrigir ou substituir às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.15 A prestação dos serviços será de acordo com os procedimentos operacionais a serem adotados pelas partes, constantes no Termo de Referência e Contrato da futura contratação.



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### **Documentação oficial do fabricante**

4.16 Deverá ser encaminhado junto com a Proposta Comercial a documentação oficial da fabricante contendo as especificações técnicas do produto ofertado, para aprovação prévia, por meio de declaração específica, a ser emitida pela Unidade Solicitante da ALESP, observado o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico.

4.17 Considera-se documentação oficial do fabricante, contendo as especificações técnicas do produto ofertado, apresentada em língua portuguesa ou acompanhada da respectiva tradução juramentada, os seguintes documentos:

- a) catálogo, folder, certificado ou manual elaborado pela fabricante; e/ou
- b) documento extraído de consulta realizada pela Internet na página oficial da fabricante. Neste caso, deverá ser indicado o endereço eletrônico da fabricante com menção à página onde consta a informação apresentada.

### **Justificativa acerca da indicação da marca/modelo/fabricante**

4.18 A indicação de marca/modelo/fabricante é apenas referencial podendo ser ofertada outra desde que atenda as especificações solicitadas no Termo de Referência.

### **Garantia/prazo de validade dos serviços**

4.19 O prazo de garantia dos produtos e serviços: no mínimo 06 (seis) meses a partir do termo de recebimento definitivo, prevalecendo, quando maior que este prazo, a garantia/validade dada pela Contratada, pelo fabricante ou decorrente de lei.

4.20 A substituição dos materiais ou reexecução dos serviços, eventualmente necessárias, deverão ocorrer em um prazo de até 15 (quinze) dias corridos.





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

4.21 A referida garantia não se assemelha a assistência técnica significando a inexistência de obrigações futuras.

### 5 – Levantamento de mercado

A contratação pretendida já foi celebrada por esta Assembleia nos seguintes processos:

PD 608/2023 – Ata de Registro

PD 533/2023 – Ata de Registro

PD 668/2022 – Sob demanda

PD 53/2022 – Sob demanda

PD 114/2021 – Sob demanda

PD 325/2020 – sob demanda

PD 158/2020 – Sob demanda

Os processos acima atenderam a Administração cada qual em seu tempo e sua necessidade.

Ressalta-se que a especificação técnica do material permanece adequada e atual, atendendo aos padrões de qualidade e durabilidade exigidos, motivo pelo qual se mantém a adoção do mesmo modelo utilizado em contratações anteriores.

Trata-se de objeto comum, sendo encontrado e praticado no mercado sem maiores dificuldades; é ordinário, sem peculiaridades ou características especiais; é apresentado com identidade e características padronizadas, com perfil qualitativo passível de ser descrito objetivamente e sua caracterização é garantida tendo por base as exigências detalhadas do Termo de Referência, compatível com o rito procedimental de seleção do fornecedor a ser adotado.

Em pesquisas relativas ao objeto deste Estudo na Administração Pública, foram verificadas diversas contratações similares de outros Órgãos Públicos, conforme segue:







## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO



PROCESSO Nº. 1046/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2025

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PELÍCULA DE CONTROLE SOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

### 1. PREÂMBULO

1.1. A Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul - PMSCS através da Secretaria de Gestão e Governo Digital, por intermédio do Departamento de Planejamento de Compras, Licitações e Contratos, mediante Pregoeiro(a), designado pela Portaria nº 42.577 de 20 de Janeiro de 2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e seus atos regulamentadores, dos Decretos Municipais nº. 9.459/2006 e 11.914/2023, Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e posteriores alterações e Lei Municipal 4660/2008 no que couber, de demais normas pertinentes e, subsidiariamente, os Princípios Gerais de Direito.



### EDITAL

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2025

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PELÍCULAS DE PROTEÇÃO SOLAR COM SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E REMOÇÃO. A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DE DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES, CORPO DE BOMBEIROS MILITAR E POLICIA CIVIL DE RIO DO SUL/SC.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** A partir das 08h00min do dia 25/02/2025.

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** Às 08h00min do dia 12/03/2025.

**INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** Às 08h01min do dia 12/03/2025.

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**LOCAL:** Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico:  
<https://comprasbr.com.br/>

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 - SÃO PAULO – SP



(11)3886-6324





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

▪ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Universidade Federal de Santa Maria  
Código da UASG: 153164

▪ **Pregão Eletrônico Nº 90066/2025 - (Lei Nº 14.133/2021)**

**Objeto:** Pregão Eletrônico - Registro de Preços para aquisição, instalação e remoção de películas para os campi da UFSM

**Edital a partir de:** 28/05/2025 das 08:00 às 12:00 Hs e das 13:00 às 17:00 Hs

**Endereço:** Av. Roraima, 1.000 Campus Universitário, Camobi - Santa Maria (RS)

**Telefone:** (0xx55) 32208189

**Fax:** (0xx55)

**Entrega da Proposta:** 28/05/2025 às 08:00Hs

Clique [aqui](#) para ver os Itens de **Material**

Clique [aqui](#) para ver os Itens de **Serviço**

[Histórico de eventos publicados...](#)

▪ **Itens de Material**

**1 - PELÍCULA FILTRO SOLAR**

PELICULA FILTRO SOLAR, TIPO REFLETIVA, TRANSPARÊNCIA 5 A 50 %, COR INCOLOR

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: -

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 300

Unidade de fornecimento: Metro Quadrado

**2 - PELÍCULA FILTRO SOLAR**

PELICULA FILTRO SOLAR, TIPO REFLETIVA, TRANSPARÊNCIA 5 A 50 %, COR FUMÊ, MODELO G5

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: -

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 200

Unidade de fornecimento: Metro Quadrado

**3 - PELÍCULA FILTRO SOLAR**

PELICULA FILTRO SOLAR, TIPO REFLETIVA, TRANSPARÊNCIA 5 A 50 %, COR FUMÊ, MODELO G5

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: -

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 2000

Unidade de fornecimento: Metro Quadrado

**5 - PELÍCULA FILTRO SOLAR**

PELICULA FILTRO SOLAR, TIPO REFLETIVA, TRANSPARÊNCIA 5 A 50 %, COR INCOLOR

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: -

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 100

Unidade de fornecimento: Metro Quadrado



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

### PREGÃO ELETRÔNICO nº 02/23

### SUBSTITUIÇÃO DE PELÍCULA DE CONTROLE SOLAR DOS PAINÉIS DE VIDRO DA FACHADA DA UNIDADE REGIONAL DE ARARAQUARA (UR-13) DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – TCESP

SEI - PROCESSO nº 12724/2022-10

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 - SL S17 - SÃO PAULO - SP



(11)3886-6324





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### PODER JUDICIÁRIO

Justiça Federal

JUSTIÇA FEDERAL DE 1A. INSTANCIA - BA

Código da UASG: 90012

### Pregão Eletrônico Nº 90008/2025 - (Lei Nº 14.133/2021)

**Objeto:** Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de películas de controle solar, em vidros das esquadrias dos Prédios do Fórum Teixeira de Freitas, localizadas em Salvador - BA, conforme especificações e quantitativos definidos no Anexo I do Edital.

**Edital a partir de:** 04/04/2025 das 08:00 às 12:00 Hs e das 12:01 às 17:00 Hs

**Endereço:** Cv. Ulysses Guimaraes, 2799 - Cab Centro Administrativo - - Salvador (BA)

**Telefone:**

**Fax:**

**Entrega da Proposta:** 04/04/2025 às 08:00Hs



### PODER JUDICIÁRIO FEDERAL TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO COORDENADORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES SEÇÃO DE LICITAÇÕES

#### EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2018

**TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO

**DATA:** 12/07/2018

**HORÁRIO:** 11h30min

**LOCAL:** <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

**OBJETO:** Contratação de empresa para fornecimento e instalação de película de controle solar na face interna dos vidros das fachadas das Unidades Administrativas II e III.

**Vistoria:** A vistoria é facultativa e poderá ser feita mediante agendamento com a Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial, pelo e-mail [infraestrutura@trtsp.jus.br](mailto:infraestrutura@trtsp.jus.br).



### PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA Secretaria Municipal da Administração

Rua Pará, 3227 - Patrimônio Velho - CEP 15.502-236 - Votuporanga-SP  
CNPJ 46.599.809/0001-82 - Fone: (17) 3405-9700 - [www.votuporanga.sp.gov.br](http://www.votuporanga.sp.gov.br)

#### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 074/2024 – PROCESSO Nº 372/2024

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de película de controle solar (insufilm), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus Anexos.

#### DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



/ASSEMBLEIASP



[WWW.AL.SP.GOV.BR](http://WWW.AL.SP.GOV.BR)



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 - SÃO PAULO – SP



(11)3886-6324





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conforme se depreende dos processos acima o objeto não é estranho ao mercado, nem a este Órgão.

Assim no que tange ao objeto do presente Estudo, a opção se deu pelo Sistema Registro de Preços por ser o pretendido serviços de natureza comum, tendo sido descrito de forma suficiente e clara, possibilitando futuras e eventuais contratações, com o objeto perfeitamente divisível e rotineiro (por conta das diversas adequações deste Edifício), sendo, importante frisar, incerta e imprevisível sua solicitação, pois, decorrente do resultado de outras interferências.

Já no que respeita a vantagem para a administração, cumpre esclarecer que seria, s.m.j., mais custoso, diversas contratações semelhantes ao longo de um ano, valendo-se, às vezes, pelo cálculo do metro de diversas de licitações em razão do baixo valor de aquisição.

Pelo exposto, esta Unidade considerou conveniente o Sistema de Registro por estar a demanda devidamente enquadrada, pela praticidade da aquisição a contar da contratação e pela celeridade no atendimento.

Em pesquisas relativas ao objeto deste estudo na Administração Pública, foram analisadas contratações similares de outros Órgãos Públicos e não se observou maiores variações na forma de aquisição. As possibilidades observadas para aquisição dos materiais de consumo e serviços inerentes à manutenção predial são: pregão eletrônico em sua forma tradicional, pregão eletrônico por sistema de registro de preços, dispensa, inexigibilidade e adesão.

### **6 – Descrição da solução como um todo**

Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de película de proteção solar, pelo Sistema Registro de Preços, para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, conforme especificações (qualitativas e quantitativas) pormenorizadas no Termo de Referência, pelo período de 12 (meses) contados a partir da publicação da Ata, podendo ser prorrogado conforme legislação atinente.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**7 – Estimativas das quantidades a serem contratadas**

As quantidades estimadas foram obtidas a partir do histórico de contratos anteriores de mesmo objeto e considerando que este Edifício possui aproximadas 180 Unidades (Administrativas, Parlamentares, Assessorias e Núcleos) divididas em diversas salas em um Prédio de 6 andares, havendo ainda Auditórios e Plenários.

Praticamente todo o Edifício é composto por grandes áreas envidraçadas, como janelas e portas que necessitam de instalação ou substituição do instalado devido à perda de funcionalidade, desbotamento, bolhas, descolamentos e ressecamentos.

**7.1 Planilha estimativa das quantidades**

Descrição e quantidades do objeto a serem adquiridos			
Item	Qtde	Unid	Discriminação
01	1000	m <sup>2</sup>	Fornecimento e aplicação de película de filme de controle solar (tipo Insulfilm ou tecnicamente equivalente), branco jateado, translúcido. Qualidade anti-risco. Antiestilhaçamento. Porcentagem ultravioleta rejeitada: 99%; transmissão solar total: 68,2%. Transmitância de luz visível: 71,5%. As porcentagens descritas podem variar em 5% para mais ou para menos. Incluso remoção com limpeza dos vidros. Referência: Marca/fabricante 3M
02	1000	m <sup>2</sup>	Fornecimento e aplicação de película de filme de controle solar (tipo Insulfilm ou tecnicamente equivalente), fumê. Qualidade anti-risco, antiestilhaçamento, com transmissão de luz entre 5% e 20% (G5-G20). Porcentagem ultravioleta rejeitada: Entre 95 a 99%. Incluso remoção com limpeza dos vidros. Referência: Marca/fabricante 3M
03	500	m <sup>2</sup>	Fornecimento e aplicação de película de filme de controle solar (tipo Insulfilm ou tecnicamente equivalente), prata espelhado. Qualidade anti-risco, antiestilhaçamento, com transmissão de luz entre 5% e 35% (G5-35). Visibilidade: 20%. Bloqueio de raios UV: 99%. Porcentagem ultravioleta rejeitada: Entre 85 a 99%. Incluso remoção com limpeza dos vidros. Referência: Marca/fabricante 3M



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

04	200	m <sup>2</sup>	Fornecimento e aplicação de película de filme de controle solar (tipo Insulfilm ou tecnicamente equivalente), branco jateado listrado, translúcido. Qualidade anti-risco. Antiestilhaçamento. Visibilidade: 95%. Bloqueio de raios UV: 99%. Bloqueio de energia solar: 70%. As porcentagens descritas podem variar em 5% para mais ou para menos. Incluso remoção com limpeza dos vidros. Referência: Marca/fabricante 3M
----	-----	----------------	---

**8 – Estimativas do valor da contratação**

O preço estimado é de R\$ 304.000,00 (trezentos e quatro mil reais) com base em pesquisa com empresa do ramo (Protemax Comércio e Serviços) e tem por objetivo servir de parâmetro para análise de custo-benefício da contratação, sendo que o maior detalhamento da formação de preços de cada item será inserido aos autos em momento oportuno pela Coordenadoria de Compras, conforme inciso I do artigo 21A da Resolução Alesp 925/2021 atualizada pela Resolução 942/2024.

Item	Qtde	Unid	Discriminação	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
01	1000	m <sup>2</sup>	Fornecimento e aplicação de película de filme de controle solar (tipo Insulfilm ou tecnicamente equivalente), branco jateado, translúcido. Qualidade anti-risco. Antiestilhaçamento. Porcentagem ultravioleta rejeitada: 99%; transmissão solar total: 68,2%. Transmitância de luz visível: 71,5%. As porcentagens descritas podem variar em 5% para mais ou para menos. Incluso remoção com limpeza dos vidros.	R\$120,00	R\$120.000,00



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

02	1000	m <sup>2</sup>	Fornecimento e aplicação de película de filme de controle solar (tipo Insulfilm ou tecnicamente equivalente), fumê. Qualidade anti-risco, antiestilhaçamento, com transmissão de luz entre 5% e 20% (G5-G20). Porcentagem ultravioleta rejeitada: Entre 95 a 99%. Incluso remoção com limpeza dos vidros.	R\$ 90,00	R\$ 90.000,00
03	500	m <sup>2</sup>	Fornecimento e aplicação de película de filme de controle solar (tipo Insulfilm ou tecnicamente equivalente), prata espelhado. Qualidade anti-risco, antiestilhaçamento, com transmissão de luz entre 5% e 35% (G5-35). Visibilidade: 20%. Bloqueio de raios UV: 99%. Porcentagem ultravioleta rejeitada: Entre 85 a 99%. Incluso remoção com limpeza dos vidros.	R\$ 140,00	R\$ 70.000,00
04	200	m <sup>2</sup>	Fornecimento e aplicação de película de filme de controle solar (tipo Insulfilm ou tecnicamente equivalente), branco jateado listrado, translúcido. Qualidade anti-risco. Antiestilhaçamento. Visibilidade: 95%. Bloqueio de raios UV: 99%. Bloqueio de energia solar: 70%. As porcentagens descritas podem variar em 5% para mais ou para menos. Incluso remoção com limpeza dos vidros.	R\$ 120,00	R\$ 24.000,00
<b>Total</b>					<b>R\$ 304.000,00</b>

**9 – Justificativa para o parcelamento ou não da solução**

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível,

**DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO**



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 – SÃO PAULO – SP



(11)3886-6324







## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade” (Súmula TCU nº 247).

Ou seja, em regra a licitação é considerada como técnica e economicamente divisível, assim sendo, a Unidade Requisitante entende a adjudicação por item a que melhor atende aos serviços de manutenção do Palácio 9 de Julho.

### **10 – Providências a serem adotadas pela Administração**

Não se vislumbra necessidade de outras providências para adequação desta Assembleia no que tange ao objeto.

### **11 – Contratações correlatadas e/ou interdependentes**

Não há.

### **12 – Descrição de possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras**

12.1 Os materiais a serem utilizados na execução do objeto deverão obedecer rigorosamente:

- a) Às disposições legais da União e do Estado de São Paulo onde será executado o objeto;
- b) Às normas e especificações constantes do Edital;
- c) Às prescrições e recomendações dos fabricantes e materiais solicitados;
- d) Às normas ABNT pertinentes ao objeto.
- e) Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT.

12.2 Como medidas mitigadoras:

- a) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas;
- b) Substituir, sempre que possível, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 – SÃO PAULO – SP



(11)3886-6324







## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

toxicidade;

c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, a fim de ser devidamente descartados na coleta seletiva.

d) As películas e acessórios devem ser acondicionados em caixas projetadas especialmente para protegê-los, sob condições normais de transporte e manuseio.

e) Que é de responsabilidade da Contratada o descarte ambientalmente adequado dos materiais excedentes, substituídos, etc, quando da prestação do serviço de instalação das películas.

12.3 Por fim, a Contratada deverá observar as boas práticas, técnica e ambientalmente recomendadas, quando da realização de serviços e/ou fornecimento de bens, que correrão sob sua inteira e exclusiva responsabilidade.

12.4 As normas de segurança constantes deste Termo de Referência não desobrigam a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas referentes aos serviços.

### 13 – Demonstrativo dos resultados pretendidos

Pretende-se com a presente contratação:

Não impactar no estoque físico;

Continuidade nos serviços de manutenção predial;

Conservação do patrimônio público;

Tratamento isonômico entre as participantes bem como, justa competição entre os licitantes;

Promover boas condições adequadas de trabalho visando eficiência, eficácia, conforto,

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA/DIVISÃO DE MANUTENÇÃO



/ASSEMBLEIASP



WWW.AL.SP.GOV.BR



AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SL S17 - SÃO PAULO – SP



(11)3886-6324





## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

segurança, economicidade, sustentabilidade, além da melhoria da qualidade dos serviços oferecidos;

Flexibilidade no atendimento de demandas;

Otimização de Recursos Públicos: O fornecimento parcelado (Ata de Registro) possibilita a aquisição de serviços conforme a real necessidade, evitando a contratação excessiva de serviços que poderiam não ser utilizados no total. Essa abordagem reduz o risco de desperdício de recursos públicos, já que os pagamentos são feitos apenas quando os serviços são efetivamente demandados e utilizados, alinhando o gasto público com o uso real.

### 14 – Análise de riscos

RISCO -1-	
<b>Descrição do risco:</b>	<b>Falta ou alteração (substituição) na indicação dos integrantes para a equipe de planejamento da contratação provocando excesso de atribuições aos responsáveis pela elaboração do processo</b>
<b>Probabilidade:</b>	( ) Baixa ( X ) Média ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo ( X ) Médio ( ) Alto
<b>Id</b>	<b>Danos</b>
1.	Atraso no planejamento da contratação
2.	Inadequação da solução apresentada por falta de melhor análise
3.	Não conclusão do processo em tempo hábil, acarretando o atraso nas fases subsequentes
4.	Processo com inconsistências técnicas
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>
1.	Indicação tempestiva dos integrantes da equipe de planejamento e estabelecimento de prazos dando condições de trabalho para os envolvidos se dedicarem ao processo
2.	Melhor distribuição de tarefas aos integrantes da equipe de planejamento.
3.	Conscientização da importância da pronta indicação da equipe de planejamento e suas atribuições dentro do processo.
4.	Reuniões periódicas para verificação do cronograma do processo de contratação.
5.	Atribuir prioridades de contratação levando em conta o momento atual vivido e o prazo para finalização desse processo e de outros
6.	Organizar rotinas de trabalho baseadas nas prioridades
7.	Definir com clareza qual o papel de cada componente da equipe de contratação, levando em conta as normas legais, possibilitando que cada participante saiba exatamente qual sua responsabilidade no processo
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>
1.	Acelerar as demais fases da contratação
2.	Reexame dos documentos preparatórios da contratação



RISCO -3-	
<b>Descrição do risco:</b>	<b>Estimativas inadequadas de preços</b>
<b>Probabilidade:</b>	( X ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo ( ) Médio ( X ) Alto
<b>Id</b>	<b>Danos</b>
1.	Coleta insuficiente de preços.
2.	Falta de método para realizar a estimativa.
3.	Utilização de especificações técnicas não padronizadas
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>
1.	Ao fazer a solicitação de propostas ao mercado, informar aos fornecedores da obrigatoriedade legal da apresentação de propostas com orçamentos válidos
2.	Realizar ampla pesquisa de preço obedecendo a Orientação normativa específica para tal fim.
3.	Utilizar Banco de Dados do Governo na realização de pesquisa de preços.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

4.	Elaborar memória de cálculo das estimativas de preço.
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>
1.	Consultar especificações técnicas, valores adjudicados em licitações de órgãos públicos e/ou fontes especializadas no objeto a ser contratado, para averiguar o custo-benefício de se manter o preço ou não.
2.	Dar andamento ágil aos procedimentos a fim de evitar defasagem de preços

<b>RISCO -4-</b>	
<b>Descrição do risco:</b>	<b>Especificação inadequada dos serviços necessários</b>
<b>Probabilidade:</b>	( X ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo ( ) Médio ( X ) Alto
<b>Id</b>	<b>Danos</b>
1.	Incompatibilidade dos serviços a serem adquiridos com a necessidade apresentada
2.	Atraso na elaboração da orçamentação e andamento do processo
3.	Prejuízo ao erário
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>
1.	Iniciar elaboração do Termo de Referência somente após a aprovação dos estudos técnicos preliminares.
2.	Revisar artefatos do planejamento para verificar suficiência e adequação dos requisitos de contratação.
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>
1.	Análise das condições do mercado e, se for o caso, mudança dos requisitos do objeto com o objetivo de ampliar o leque de possíveis fornecedores, desde que se observe a manutenção do atendimento das necessidades da área demandante

<b>RISCO -5-</b>	
<b>Descrição do risco:</b>	<b>Não considerar todos os aspectos necessários à análise da viabilidade da contratação</b>
<b>Probabilidade:</b>	( X ) Baixa ( ) Média ( ) Alta
<b>Impacto:</b>	( ) Baixo ( ) Médio ( X ) Alto
<b>Id</b>	<b>Danos</b>
1.	Não efetivação da execução
2.	Atraso na execução dos serviços devido a problemas relacionados ao acesso ao sistema
3.	Não haver fornecedores para a solução escolhida
4.	Fornecedor não será capaz de entregar a solução contratada.
5.	Solução contratada não produzirá resultados capazes de atender às necessidades que originaram a contratação.
<b>Id</b>	<b>Ação Preventiva</b>

1.	Elaborar lista de verificação para servir como base das justificativas expostas na conclusão da análise de viabilidade da contratação.
<b>Id</b>	<b>Ação de Contingência</b>
1.	Realizar planejamento de novo procedimento



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**15 – Manifestação conclusiva sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina**

15.1 Certifico que a demanda acima identificada se faz necessária pelos motivos expostos no presente documento e que o mesmo traz os conteúdos mínimos previstos na legislação vigente.

15.2 Diante do exposto, com base nas informações levantadas ao longo do estudo técnico preliminar, esta Unidade, do ponto de vista técnico, tem posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da presente contratação.

<b>Unidade Requisitante</b>	<b>De acordo</b>
Aline Castro Rodrigues Gestora de Divisão Divisão de Manutenção Matrícula 24.580	José Armando Mantuan Diretor de Departamento Departamento de Infraestrutura Matrícula 20.770

